

SISEJUFE **FIQUE POR DENTRO**

CATEGORIA SAI UNIDA DA REUNIÃO AMPLIADA DA FENAJUFE E CALENDÁRIO SINDICAL PREVÊ DEFLAGRAÇÃO DE GREVE EM MAIO

Sem divergências na análise da conjuntura deste início de governo, que retrocede na agenda com relação aos trabalhadores ao impor cortes neoliberais no Orçamento, a direção da Fenajufe e os delegados de todo o País ressaltaram a necessidade de unificação em torno de um calendário de lutas. A Reunião Ampliada da Federação aconteceu no último sábado, 19 de março, em Brasília, com a participação de 110 delegados e 30 observadores. O encontro reuniu servidores do Judiciário Federal e do MPU de quase todos os estados do país e aprovou um calendário que prevê a jornada nacional de mobilização (veja tabela no verso)

A categoria do Rio de Janeiro enviou nove delegados(as) e quatro observadores eleitos em assembleia geral em frente à JF da avenida Rio Branco, em 17 de março. A agenda da categoria no mês de março conta ainda com uma atividade fundamental nesse momento em que todos os trabalhadores deverão ir para as ruas reivindicar pelos seus direitos. Trata-se do Dia Nacional de Mobilização, que será realizado na próxima quarta-feira, 23 de março, em todos os estados.

Entre as propostas que mais preocupam as entidades sindicais se destacam o PLP 549/09 e o PLP 01, ambos congelam o salário do

funcionalismo durante dez anos; o PLP 92/2007, que abre espaço para que entidades estatais de direito privado possam atuar em diversas áreas de prestação de serviço público, significando redução do número de servidores; e o PLP 248/1998, que permite a demissão de funcionários públicos estatutários por critérios subjetivos de avaliação de desempenho, deixando o servidor à mercê dos superiores hierárquicos e de posições políticas defendidas por eles.

Durante seminário da Coordenação Nacional do Setor Público da CUT, realizada no final de fevereiro, também foi definido que as en-

tidades devem atuar de forma unificada para garantir que esses projetos não tenham êxito no Legislativo e cobrar do governo reivindicações históricas, como o direito à negociação coletiva no serviço público, diretrizes de plano de carreira, gestão pública e direito irrestrito de greve. Por isso, os coordenadores da Fenajufe orientam que os sindicatos, além de organizar o Dia Nacional de Mobilização em seus estados, também enviem representantes a Brasília dias 23 e 24 de março, para se juntar aos trabalhos de pressão no Congresso Nacional.

Em audiência com o presidente do STF, Cezar Peluso, a presidenta Dilma pediu o prazo dos 100 primeiros dias de governo para fazer os cortes no Orçamento, votar o novo salário mínimo e a tabela do IR para só depois retornar a negociação sobre o nosso PCS. Isso, agora, nos impulsiona a que retomemos o movimento na luta para que não se vetem as modificações orçamentárias que garantem nosso PCS – o que foi nossa primeira vitória neste ano.

Movimento Pró-subsídio destoa da maioria

Entre os discursos da Reunião Ampliada, em 19 de março, o coordenador-geral da Fenajufe Zé Oliveira, ressaltou “que esta agenda que está sendo implementada não foi a que os trabalhadores ajudaram a construir, e devemos nos unir para derrotá-la. Por conta disto, temos que apoiar os atos chamados pela CUT em Brasília para garantir nossa agenda, a manutenção do orçamento para nossos PL’s, a correção da tabela, entre outras lutas”. O diretor-presidente do Sisejufe Roberto Ponciano lembrou que o início do Governo Lula foi muito pior: “Teve a Reforma da Previdência, da qual fomos adversários, depois houve uma correção de rumos a partir da mobilização e disputa dos segmentos organizados, e uma distensão onde conseguimos aumentos superiores à inflação. Temos que ir às ruas para garantir nossa agenda, com mais intensidade do que nos mobilizamos nos oito anos do Governo Lula”.

O coordenador da Fenajufe Antônio Melquiades esclareceu que “a proposta do MPOG de subsídio é pior que o PL 6613 pois não é aquela tabela da emenda”. De acordo com Melqui, a

proposta prevê os mesmos 54,6% do PL somente para quem ocupa o cargo de analista judiciário – que, para o MPOG, faz parte da “área de gestão” que pode ser contemplada com subsídio.

A única nota destoante da unificação da luta da categoria foi a do Movimento Pró-subsídio que insistiu na tese que só poderia haver unificação em torno da agenda do subsídio. Roberto Ponciano, delegado pelo Rio, lembrou que, numa democracia, se segue a proposta da maioria: “Se 80% da categoria quer o PCS, ceder à vontade dos 20% pró-subsídio não é democracia mas ceder à chantagem de uma minoria. Se o Movimento Pró-subsídio, que perdeu em plenário, não fizer greve não estão sendo democráticos, estão apenas fazendo sabotagem. Se algum dia a proposta do subsídio for majoritária, vou fazer greve pelo subsídio, porque sou um democrata. Enquanto forem minoria, os *subsídianos* tem de fazer greve com a gente. Vamos aprovar o PL 6613 e, depois, podemos voltar a discutir subsídio”, disse Ponciano. O discurso do dirigente sindical do Sisejufe foi aprovado, com aplausos, pela imensa maioria (80% da Ampliada), que rejeitou

o subsídio. Por conta disto, a mesa rejeitou um recurso do Movimento Pró-subsídio que pedia um plebiscito nacional sobre o tema.

Sendo minoritários, apenas 20% dos delegados eleitos, e vendo que a maioria não iria se render aos argumentos da minoria, grande parte dos delegados pró-subsídio deixou a Reunião Ampliada antes do final. A coordenação da Fenajufe ainda fez um apelo para que eles se juntem à luta unificada – que agora é somente pelo PL 6613.

Sisejufe volta a convocar para a mobilização

O Sisejufe aproveita a situação nacional, em que a imensa maioria concorda com a luta pelo PL 6613, e chama a categoria para um grande ato de retomada da greve dia 23 de março, a partir das 12h, na porta da JF da Rio Branco. No dia 24 de março, às 19h, vamos aproveitar nossa Assembleia Geral de Prestação de Contas para dar informes sobre a paralisação nacional e a retomada da greve.

CALENDÁRIO DE LUTA

• 23 de março, quarta-feira

Dia Nacional de Mobilização em defesa do PCS e contra o congelamento salarial. Esforço concentrado da Fenajufe e de outras entidades do funcionalismo público no Congresso Nacional, pela manhã. À tarde, passeata da Procuradoria Geral da República até o Supremo, com ato público. **SJRJ da av. Rio Branco, às 12h**

• 12 de abril, terça-feira

Jornada Nacional de Lutas com atividades concentradas nos estados.

• 13 de abril, quarta-feira

Jornada Nacional de Lutas com os sindicatos enviando delegações a Brasília para o Ato Unificado dos Servidores Públicos, organizado por várias entidades nacionais.

• De 14 a 27 de abril

Rodada de assembleias nos estados para discutir e votar o indicativo de greve por tempo indeterminado.

• 3 de maio, terça-feira

Data sugerida para o início da greve por tempo indeterminado.